

**##ATO PORTARIA TRT 19º GP Nº. 550 DE 25 DE JANEIRO DE 2010.**

##TEX O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e Lei nº. 12.017 de 13 de Agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais). Resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Jorge Bastos da Nova Moreira  
Desembargador Presidente

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2009 A ABRIL/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)	R\$ Milhares		
	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
DESPESA COM PESSOAL	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>107.906</b>	<b>342</b>	<b>108.248</b>
Pessoal Ativo	98.018	167	98.185
Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	2.328	57	2.385
Demais Despesas com Pessoal Ativo	95.690	110	95.800
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.888	175	10.063
Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)			-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	9.888	175	10.063
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>12.546</b>	<b>260</b>	<b>12.806</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			-
Decorrentes de Decisão Judicial	2.328	57	2.385
Despesas de Exercícios Anteriores	1.020	203	1.223
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.198		9.198
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>95.360</b>	<b>82</b>	<b>95.442</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
<b>RECEITA RECORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)</b>			468.699.862
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)* 100</b>	<b>0,020346%</b>	<b>0,000017%</b>	<b>0,020363%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,037725%</b>		<b>176.187</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,035839%</b>		<b>167.976</b>

Fonte: SIAFI 2009 E 2010.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Devido à impossibilidade de segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às sentenças com Precatórios do próprio órgão e de outros da Administração Direta, todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.
- 3) Do total das despesas correspondentes às Sentenças Judiciais c/ precatórios, R\$ 216 mil refere-se às Sentenças de Pequeno Valor, R\$ 2.112 mil refere-se a precatórios da administração direta.
- 4) O valor referente a destaques recebidos para pagamento de precatórios da administração indireta foi de R\$ 1.022 mil.

Jorge Bastos da Nova Moreira  
Desembargador Presidente

Expedito Leopoldo de Oliveira Júnior  
Ordenador de Despesa

José Angelo de Araújo  
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

Sheila Santos Rolim  
Diretora do Serviço de Controle Interno